



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO/RS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JOICE BAMBERG

**AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO UM FATOR DE FORTALECIMENTO
DOS AGRICULTORES NO CAMPO EM CERRO LARGO/RS**

CERRO LARGO/RS

2017

JOICE BAMBERG

**AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO UM FATOR DE FORTALECIMENTO
DOS AGRICULTORES NO CAMPO EM CERRO LARGO/RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Medianeira Mariotti Fernandes.

CERRO LARGO/RS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Bamberg, Joice

AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO UM FATOR DE FORTALECIMENTO DOS AGRICULTORES NO CAMPO EM CERRO LARGO/RS / Joice Bamberg. -- 2017.

61 f.:il.

Orientador: Denise Medianeira Mariotti Fernandes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração , Cerro Largo, RS, 2017.

1. Agricultura familiar. 2. Agroindústria Familiar. 3. Incentivos aos jovens. 4. Tradição alimentar. I. Fernandes, Denise Medianeira Mariotti, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOICE BAMBERG

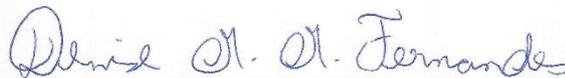
**AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO UM FATOR DE
FORTALECIMENTO DOS AGRICULTORES NO CAMPO EM CERRO
LARGO/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Administração, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
29 de Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes - UFFS



Prof.^a Dra. Débora Leitzke Betemps - UFFS



Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes - UFFS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades encontradas.

Agradecer aos meus pais Sandro e Loiva, por todo incentivo e amor dedicado ao longo destes anos, e que sempre me apoiaram em todos os momentos da faculdade, ao meu irmão Rodrigo, por todo apoio e incentivos, agradeço a eles por terem sonhado comigo este sonho, para que ele se torne realidade.

Ao meu namorado Liaisson, por todo amor, carinho e incentivo de sempre, sua companhia e compreensão foram fundamentais durante esta caminhada.

Aos meus colegas de faculdade e em especial as minhas amigas Aline, Liara, Mariele e Patrícia, por terem compartilhado comigo todos os momentos durante esses quatro anos, que o nosso elo de amizade permaneça para sempre.

A minha professora orientadora Dr^a Denise Medianeira Mariotti Fernandes, por todo apoio, incentivo e compreensão oferecidos durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso, levarei os seus ensinamentos ao longo da minha vida.

O meu muito obrigada a todos, que de uma ou outra forma contribuíram, nesta etapa decisiva da minha vida.

RESUMO

O estudo realizado buscou analisar a influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo. Nesse sentido as agroindústrias familiares utilizadas para pesquisa estão localizadas no interior do Município de Cerro Largo. Os referenciais teóricos utilizados para pesquisa foram, o histórico cultural das agroindústrias familiares e a agricultura familiar, os canais de comercialização e a agregação de valor. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo de cunho qualitativo, com uso de dados primários, os quais foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada ou despadronizada com os gestores e/ou gestoras das agroindústrias familiares. As entrevistas foram realizadas com 4 agroindústrias familiares do município, com que a tradição alimentar utilizadas pelos agricultores familiares para a realização dos produtos, assim destaca-se que 50% dos entrevistados afirmam ter influência dos antepassados para a abertura das agroindústrias familiares. Obteve também como resultados da pesquisa os incentivos advindos da Emater/Rs para as agroindústrias familiares pesquisadas e a importância dos jovens no meio rural para a continuação das agroindústrias familiares no campo, também abordou-se a principal dificuldade dos agricultores familiares para a consecução da agroindústria familiar, a qual encontra-se a legalização, que perante as respostas dos gestores e/ou gestoras foi o maior entrave encontrado.

Palavras chave: Agroindústria familiar. Tradição alimentar. Permanência do jovem no campo.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the influence of family agroindustry on rural producers from Cerro Largo. Hereinafter family agroindustries located in the countryside of Cerro Largo town were used on the research. The theoretical references utilized were: cultural history of family agroindustry and family agroindustry, the commercialization channel and aggregate value. As for the methodology, it is consisted on a descriptive study with qualitative approach, primary data usage, which were collected through semi-structured or disbanded interviews along with the managers of the family agroindustry. The interviews were held with 4 family agroindustries from the municipality, which the food tradition is used by family farmers on the products' production, thus, 50% of the interviewed confirms the influence of the ancestors on the opening of a new family agroindustry. It was obtained, also as results, the resources available by Emater/RS for the agroindustry and the importance of young people for the continuation of family agroindustries in the fields, moreover, the most difficulty of farmers on keeping the family agroindustry was approached, which is mostly a matters of legalization, the biggest obstacle quoted in the managers interviews.

Keywords: Family Agroindustry. Food Tradition. Young people permanency on field.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos valores dos agricultores familiares na tomada de decisão.....	20
Quadro 2 - Funções da comercialização agrícola	25
Quadro 3 - Categorias para análise dos dados coletados.....	32
Quadro 4 - Contribuições das agroindústrias familiares para o agricultor rural	36
Quadro 5- Sustentabilidade das agroindústrias familiares	37
Quadro 6 - Agroindústrias familiares sem relação com o histórico-cultural.....	39
Quadro 7 - Relação histórico-cultural das agroindústrias familiares.....	40
Quadro 8 - Comercialização dos produtos agroindustriais.....	42
Quadro 9 - Execução e gestão das tarefas das agroindústrias familiares.....	44
Quadro 10 - Relatos sobre a agregação de valor e suas dificuldades.	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA	13
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2	REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1	HISTÓRICO CULTURAL DAS AGROINDÚSTRIAS E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2.2	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	22
2.3	AGREGAÇÃO DE VALOR.....	26
3	METODOLOGIA	29
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	29
3.2	COLETA DE DADOS	30
3.3	ANÁLISES DE DADOS.....	31
3.4	ASPECTOS ÉTICOS.....	33
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1	A INFLUÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES PARA OS PRODUTORES RURAIS DE CERRO LARGO	34
4.2	CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES....	38
4.2.1	Relação do Histórico- Cultural das Agroindústrias Familiares	39
4.3	CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	41
4.4	GESTÃO AGROINDUSTRIAL E OS POSSÍVEIS GARGALOS ENTRE A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO	43
4.5	SUGESTÕES DE MELHORIAS ENTRE A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O GESTOR DA	
AGROINDÚSTRIA	56
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO	
(TCLE).....	57

1 INTRODUÇÃO

Considerando o desenvolvimento das agroindústrias familiares nos últimos anos, no Brasil, destaca-se que a agricultura familiar está passando por vários debates, em muitas áreas de pesquisas. Com esses debates, cabe evidenciar a sua importância para a sociedade envolvida, pois a agricultura familiar deve ser respeitada pela produção de alimentos, pela distribuição de renda para os agricultores nela envolvidos, e também pela geração de empregos e a sua agregação de valor nos produtos produzidos. Devido às transformações mundiais, a agricultura familiar modificou-se, surgindo assim novos parâmetros e subdivisões, que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do produtor rural, tendo mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2002).

A transformação mundial ocorreu nas “áreas técnicas de produção, como a adoção da monocultura extensiva, uso de insumos externos, mecanização e a tecnologia agrícola, ou seja, modernizou a produção sem alterar as estruturas agrárias”. E com isso, aumentou a pobreza, o desemprego, a degradação do meio ambiente e o êxodo rural na maior parte das regiões agrícolas (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2002, p.1).

No entanto, o Brasil conta com aproximadamente 4,1 milhões de estabelecimentos rurais, os quais desenvolvem a agricultura familiar, abrangendo diretamente quase 25 milhões de pessoas. O campo da “agricultura familiar é responsável por quase 70% dos produtos que compõem a cesta básica, e ocupa 80% da mão de obra rural no Brasil; assim, responde a 40% do valor bruto de produção agropecuária nacional, obtendo uma média de três vezes mais renda por hectare sendo cultivado”. Essa performance torna-se indispensável para o segmento econômico e social do Brasil (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2002, p. 02).

Em vista disso, a agricultura familiar tem suas raízes fixas em um conjunto de camponeses, sobretudo em sua forma social, com grande relevância nas relações das propriedades, no trabalho e na família. A relação econômica diferencia-se principalmente pela consequência da modernização que o setor agrícola sofreu na história brasileira; dessa maneira, pode-se afirmar que a agricultura familiar modifica-se conforme a sociedade se transforma (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2002).

Com base nos fatores citados anteriormente, a agricultura familiar e/ou produção agrícola começa a legislar-se após a Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, foi nessa época que surgiram os dois regimes antagônicos: o capitalismo

e o socialismo, sendo liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Com essa divisão, o mundo estava em dois blocos de poder, dessa maneira influenciando o desenvolvimento da agricultura familiar separadamente. O confronto entre o capitalismo e o socialismo deu-se durante as décadas denominadas de Guerra Fria, e após a queda do muro de Berlim, em 1989 (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2002).

Dessa maneira, evidencia-se que as agroindústrias familiares podem ser vistas como processos de reconfiguração de recursos, como os produtos coloniais, sendo promovidos pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. O produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial, com um valor de troca, assim também sendo uma fonte de renda da unidade de produção familiar. Desse modo, é válido destacar a interpretação específica da agricultura familiar rural, como uma forma de organização na qual a família produz, processa e transforma a parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, com o intuito de a produção ser usada como valor de troca, a qual se realiza na comercialização (MIOR, 2005).

No contexto histórico, é importante demonstrar o início das agroindústrias familiares rurais no Rio Grande do Sul, que teve o seu marco histórico com a fundação da Ascar, em 1995, e recebeu o nome de Setor de Laticínios (Selact), que inicialmente cooperou com as demais áreas técnicas da Ascar, assim visando o desenvolvimento da bacia leiteira do Estado do Rio Grande do Sul. O período ficou marcado pela organização dos agricultores em cooperativas, que ainda abrangem destaque dentro do setor de lácteos. Já na década de 1980, ampliou-se a sua atuação, passando a atender mais cadeias produtivas, como a cadeia da carne, das frutas, das hortaliças e da cana-de-açúcar (EMATER/RS – ASCAR, 2009).

Desse modo, no período da década de 1990, a orientação institucional determinou a priorização de atendimento aos agricultores familiares, que mais tarde ficou conhecida com a designação de Emater, através da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, entidade executiva do Programa da Agroindústria Familiar (PAF), o qual presta assistência técnica aos agricultores familiares e auxilia na organização de implantação e adequação das agroindústrias, assim obtendo formação de benefícios e apoio na comercialização de seus produtos (EMATER/RS – ASCAR, 2009).

Já na Região das Missões, a agroindústria familiar teve seu início marcado no século XX, a partir das novas colônias, o que foi muito importante para o

desenvolvimento das propriedades no período dos carroceiros, que levavam suas produções para a região da fronteira do Rio Grande do Sul, desse modo comercializando seus produtos com valor agregado nos municípios de São Borja, Itaqui, Uruguaiana. Assim, constituiu-se uma importante fonte de renda para as famílias rurais, sendo uma alternativa inovadora na arquitetura de redes agroalimentares, circuito de comércio diferenciado que valoriza práticas e normas sociais que estão na base da autonomia não só mercantil, mas também cultural e política dos agricultores familiares (POLACINSKI; MELLO; CLERICI; NASCIMENTO, et al. 2014).

A agricultura familiar pode cooperar de forma abundante para que se consiga voltar ao seu ponto de partida, que é o desenvolvimento sustentável da agricultura rural. No entanto, há um grande desafio para a agricultura familiar, no sentido de adicionar a renda a sua capitalização, e reduzir o desmatamento e queimadas no meio rural; em vista disso foi criado um novo modelo de agricultura familiar, tendo como uma das alternativas desse novo modelo as agroindústrias familiares, que irão adequar-se como uma nova opção na complementação de renda (SILVA; NEVES, 2011).

Dessa maneira, as agroindústrias familiares se diferenciam pelas atividades plurativas, que procuram explorar culturas diversificadas, surgindo novo enfoque da agricultura familiar, que tem como escopo maior a sustentabilidade neste novo papel, onde a criação de novas agroindústrias poderão ser apontadas como uma das alternativas econômicas para as famílias nelas envolvidas, assim fortalecendo e contribuindo para a sua permanência no meio rural, e assumindo um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Esta proposta cria um novo olhar para o pensamento rural familiar, que permite a diversificação de culturas e agregação de valores produtivos (SILVA; NEVES, 2011).

Sendo assim, o presente trabalho tem como propósito analisar quatro agroindústrias familiares localizadas no Município de Cerro Largo/RS, para identificar as formas usadas pelas agroindústrias para fortalecer a sua permanência no campo, de maneira que se possa observar e verificar os pontos de comercialização dos produtos, e as estratégias usadas para agregar valor ao produto comercializado, obtendo assim uma melhor compreensão do modo de funcionamento da agroindústria familiar.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo?

1.2 OBJETIVOS

Nesse capítulo foram apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa a ser realizada.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar aspectos do contexto histórico-cultural das agroindústrias familiares;
- b) Verificar os canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias familiares;
- c) Analisar os gargalos entre a produção e a comercialização das agroindústrias familiares;
- d) Averiguar a percepção dos gestores das agroindústrias sobre a permanência dos jovens no campo;
- e) Sugerir alternativas de melhorias entre produção e a comercialização das agroindústrias familiares.

1.3 JUSTIFICATIVA

A agroindústria familiar pode ser lembrada pela importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, que sobretudo são voltados para o autoconsumo, de certo modo focalizando mais na função de caráter social do que na de caráter econômico. Também é válido destacar que a produção familiar, em relação ao seu fator redutor da emigração rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui significativamente para a geração de riquezas, considerando-se a economia não só no setor agrícola, mas também no próprio País. Os artifícios de

reestruturação capitalista, e o aumento da vulnerabilidade social e econômica no meio rural, têm-se apresentado com uma crescente disposição de diversificação produtiva dentro da agricultura familiar (LONG, 2001; ELLIS, 2000 apud WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

A agricultura familiar tem importância para a população brasileira, produzindo diferentes produtos agropecuários e matérias primas indispensáveis para o desenvolvimento do Brasil. Desse modo, torna-se responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil, o que corresponde a 10% do PIB nacional e 75% de mão de obra trabalhadora no meio rural (IBGE, 2006). Portanto, ela vem apresentando formas diferenciadas na organização e comercialização de produtos.

Diante das estimativas abordadas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2008, destaca iniciativas de diversificação de inserção no sistema agroalimentar, mostrando-se significativas na quantidade de empreendimentos existentes no meio rural, pois alcançam 35 mil unidades dessa natureza no país. Diante dessa expressividade, várias pesquisas em nível de Brasil dedicam-se ao estudo das agroindústrias rurais (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

Desse modo, destaca-se os dados levantados pelo IBGE (2006 e 2010), apontando que no Estado do Rio Grande do Sul habitam cerca de 10,7 milhões de pessoas; desse número de habitantes, apenas 2,6 milhões são jovens, entre 15 a 29 anos de idade; sendo assim, 87,3% habitam nas cidades e 12,7% apenas habitam no meio rural. Com isso, salienta-se que existem 378 mil empreendimentos de agricultores familiares e que só 336 mil jovens estão no meio rural gaúcho; diante dessa realidade, percebe-se que estão faltando 42 mil jovens, para que se possa ter pelo menos um jovem em cada estabelecimento da agricultura familiar (IBGE, 2006 e IBGE, 2010).

Nesse contexto, a agroindústria familiar tem como seu principal objetivo fazer um contraponto ao avanço da implementação de um modelo modernizador para o meio rural, baseando-se na produção das culturas consideradas *commodities*. As agroindústrias familiares (AFs) revelam-se importantes alternativas para a diversificação da produção, mas existe uma dificuldade na produção da monocultura, pois só uma parcela da produção permanece no campo (PERONDI, 2007).

Dessa forma, os dados apresentados por Nierdeler & Wesz Junior (2008) apud Stoffel (2013) mostram que o Rio Grande do Sul conta com mais de 2,5 mil unidades de agroindústrias familiares, o que representa um expressivo contingente de

agricultores envolvidos com a atividade. Destaca-se a amplitude das relações que as AFs conseguem consolidar, com um número significativo de pessoas envolvidas com o meio rural. Assim, observa-se que as AFs se apresentam como uma importante estratégia de reprodução social para as famílias que permanecem no campo, mesmo com a instabilidade para manter a diversificação produtiva, a geração de empregos e renda, e a tradicionalidade dos grupos familiares.

A Arranjo Produtivo Local (APL Missões) (2014) realça que existem 263 agroindústrias localizadas na Região das Missões, as quais recebem visitas e assistências técnicas da EMATER/ASCAR, NEPI (URI) e/ou APL Missões. As 263 agroindústrias existentes na região estão localizadas e divididas nos Municípios de Bossoroca, Cerro Largo, Caibaté, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões. No município de Cerro Largo/RS, as agroindústrias estão distribuídas nas seguintes áreas: produção de mandioca, bolachas, carnes, embutidos, derivados de cana (melado), laticínios, artesanato, entre outras áreas. Dessa forma, as áreas abordadas pelo APL Missões promovem garantia de vida melhor aos envolvidos nas agroindústrias, gerando empregos e desenvolvimento econômico para os agricultores (POLACINSKI; MELLO; CLERICI; NASCIMENTO et al., 2014).

Batista Pettan (2005) enfatiza que as agroindústrias familiares estão se diferenciando como uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares, sendo que essa alternativa se traduz em possibilidade de agregação de valor aos produtos gerados. Dessa forma, são criados postos de trabalho com grande envolvimento dos jovens e mulheres, assim permitindo maior obtenção de renda para as famílias agrícolas. Estudos realizados pela Embrapa e pelo Sebrae indicam que, após um período de 5 anos desde a sua abertura, a taxa de sobrevivência das pequenas empresas na cidade é de 5%; já no meio rural é de apenas 3%. Apesar disso, outros estudos comprovam que há permanência de um grande número de agroindústrias familiares, em pleno funcionamento no meio rural (OLIVEIRA, J. A. V.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. et al., 1999 apud BATISTA PETTAN, 2005).

Para haver a valorização das famílias agrícolas envolvidas com as agroindústrias do País, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Governo Federal buscaram dar ascensão ao desenvolvimento rural sustentável, inserindo políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar. Diante da nova situação política e das demandas específicas das populações rurais, o MDA, através do Departamento de Financiamento e Proteção à Produção Agrícola, da Secretaria da Agricultura Familiar, a partir de ações exclusivas, busca criar categorias para que as famílias agricultoras possam aperfeiçoar a qualidade de seus produtos, garantindo mais capital e mais proteção à produção e à renda (MDA, 2014 apud POLACINSKI; MELLO; CLERICI; NASCIMENTO et al., 2014).

Para verificar a importância do tema no meio acadêmico, realizou-se um aprofundamento de pesquisa nos três anos de publicações dos sites do Sober, Seminário de Desenvolvimento Regional/UNISC e da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBPS). Dessa maneira, pode-se ressaltar que durante esses três anos de publicações não houve nenhum aprofundamento de estudo sobre a área da agroindústria familiar, no município de Cerro Largo/RS, que remeta ao fortalecimento do sustento dos agricultores familiares e sua permanência no campo.

Assim, pode-se destacar que um fator que motivou o estudo, conforme salientam Gomes e Schmidt (2013), foi a necessidade de pesquisar alguns motivos que contribuem para que os jovens abandonem o campo, como a falta de oportunidade de trabalho, a dificuldade de acesso à posse de terras e à renda digna que também é um fator crucial para a permanência dos jovens no meio rural. Além desses, existe uma gama de outros motivos que podem ser considerados, como o trabalho braçal e mal remunerado, que de certa forma é predominante nas pequenas propriedades. Outro aspecto importante que deve ser considerado no processo de abandono do campo é o fechamento das escolas rurais, pois as crianças são obrigadas a deslocar-se até as cidades para estudar, o que de fato torna-se desgastante, muitas vezes pelos longos períodos de transporte para chegar até as escolas. Além disso, as escolas, na maioria das vezes, valorizam as formas de vida do mundo urbano, não valorizando a agricultura familiar e a permanência no meio rural (GOMES; SCHIMIDT, 2013).

Este estudo possibilitou a pesquisadora conhecer e analisar pontos importantes da agricultura familiar que contribuem para o fortalecimento e sustento dos agricultores familiares no meio rural, além de auxiliar no entendimento da participação

da agricultura familiar junto as agroindústrias familiares para o desenvolvimento rural da Região e do País, onde estão estruturadas. Entender o que é uma agroindústria familiar rural e a importância desse tipo de empreendimento para a agricultura familiar, como essa categoria social, pode auxiliar na permanência do jovem no campo, dessa forma tornou-se necessário para a pesquisadora explorar o tema, para ter um melhor entendimento dos fatores fundamentais para que o jovem permaneça no campo e ajude no desenvolvimento rural local e regional.

Dessa forma, junto aos agricultores e agroindústrias familiares destacar melhorias e sugerir novas políticas públicas voltadas para a estabilidade do jovem no campo, que o auxiliem a tratar o meio rural além dos negócios, sendo assim, visto pelo jovem como um ambiente em que possam viver em boas condições e sintam vontade de permanecer, produzir e educar seus filhos.

Diante desses fatores, destaca-se a importância da pesquisa para o meio rural, considerando-se o foco nas agroindústrias familiares como seu objetivo principal, para que se possa observar, por meio do estudo, as perspectivas das agroindústrias engajadas, assim podendo-se analisar o quão importante são essas agroindústrias familiares no município em que estão localizadas, bem como aprimorar o conhecimento sobre os sistemas de comercialização de produtos e a agregação de valor para o sustento das agroindústrias familiares no mercado.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para atender à proposta deste estudo foram apresentados os seguintes capítulos que darão embasamento ao trabalho. No capítulo 2 tem-se a revisão de literatura, a qual aborda o histórico das agroindústrias familiares e a agricultura familiar, a comercialização de produtos e os canais de comercialização, e a agregação de valor. No capítulo 3 encontra-se a metodologia utilizada, no que tange à caracterização da pesquisa, coleta de dados e análise dos dados. No capítulo 4 apresenta-se a análise de resultados, a qual tange na influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo, no contexto histórico-cultural das agroindústrias familiares, nos canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias familiares, gestão agroindustrial e os possíveis gargalos entre a produção e a comercialização e as sugestões de melhorias entre a produção e a comercialização das agroindústrias familiares. Já no capítulo 5 apresenta-se as considerações finais. E, por fim, as referências bibliográficas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesse capítulo são abordados elementos fundamentais da literatura para a compreensão das agroindústrias familiares quanto ao sustento e a permanência no campo. Nesta perspectiva são discutidos os seguintes itens: histórico cultural das agroindústrias e da agricultura familiar; comercialização de produtos e canais de distribuição e agregação de valor.

2.1 HISTÓRICO CULTURAL DAS AGROINDÚSTRIAS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Perante a totalidade das transformações atuais, em especial pela globalização e abertura econômica na década de 1990, a agricultura modificou-se e o produtor rural passou a necessitar de conhecimento e agilidade na busca de competitividade e de sobrevivência nesse novo e complicado cenário. Ao mesmo tempo, a falta de política agrícola definida para o setor, a crise econômica, as seguidas adversidades climáticas e a insuficiência de recursos provenientes do crédito rural conduziram à acentuada descapitalização do setor rural e forçaram a evolução de novos modelos de gestão e organização rural (DALCIN; OLIVEIRA; TROIAN, 2010).

O desenvolvimento global dos mercados e a conseqüente integração da economia modificaram as estruturas sociais em diferentes pontos do planeta. A vulnerabilidade social é a conseqüência mais imediata desse processo, pois em decorrência dos processos de reestruturação capitalista e do aumento da vulnerabilidade social e econômica do meio rural, percebe-se uma crescente tendência de diversificação produtiva na agricultura familiar. Nesse contexto, várias estratégias de desenvolvimento e determinadas dinâmicas endógenas têm sido identificadas, merecendo destaque as agroindústrias familiares (GUSKE, 2017). Já com as transformações ocorridas a partir da década de 1950, novas nomenclaturas surgiram com o intuito de diferenciar a produção familiar da produção patronal.

Diante do cenário apresentado, a sobrevivência da agricultura familiar se tornou incerta e dependente da nova dinâmica que a consolida, que é o agronegócio. A complexidade a que a agricultura familiar vem se submetendo exige uma análise, não apenas dos sistemas envolvidos com a produção agropecuária, mas sim com as articulações e atividades envolvidas com o “antes”, “durante” e “depois” da porteira da propriedade. Desse modo, deve haver a integração dos elementos básicos

relacionados ao empreendedorismo, inovação tecnológica e desenvolvimento rural (DALCIN; OLIVEIRA; TROIAN, 2010).

Conforme apresentado no cenário acima, a agricultura familiar deve interagir com os elementos básicos anteriormente citados. Para isso, deve criar agroindústrias familiares no meio rural que sejam formalizadas, abrangendo as geridas pelo grupo familiar, que exercem as obrigações legais exigidas pelos órgãos competentes. Quando a agroindústria familiar for formalizada, possuir laudos de licenças sanitária, ambiental e de potabilidade da água, ela se torna legalizada, estando apta a auferir o Selo Sabor Gaúcho. Na medida em que as AFs atenderem os requisitos formais propostos, e comercializarem os produtos alimentares conforme a determinação legal, serão tratadas como AFs formalizadas (GUSKE, 2017).

Assim, quando a agroindústria familiar está apta a auferir o Selo Sabor Gaúcho, o produto alimentar agroindustrial pode levar consigo uma tradição que traz costumes, significados e memórias de um grupo familiar, podendo situar um contraponto frente à industrialização e padronização global dos alimentos. A produção de alimentos, por meio da agricultura familiar apoiada na tradição alimentar, resulta em produtos diferenciados, com características organolépticas próprias. Essa forma de produzir possibilita a redução da pobreza rural e oferece produtos de qualidade (GUSKE, 2017).

Dessa forma, o surgimento das agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produto colonial), promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas, com o apoio do poder público. O produto a ser conservado para a permanência (valor de uso) da família rural serve de consumo na entressafra; o produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar (MIOR, 2005). Com isso, Mior (2005, p. 8) a “agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca”, que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente à produção de valor de uso, que se realiza no autoconsumo.

A constituição da agroindústria pode ter uma forte relação com o processo de tomada de decisão do agricultor familiar juntamente com sua família e os valores que estão envolvidos na decisão de criar a agroindústria familiar. Essas decisões podem

estar relacionadas com as categorias analíticas, explicitadas por Fernandes (2015, p. 83) quando apresenta a classificação feita por Gasson (1973), no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos valores dos agricultores familiares na tomada de decisão

Categoria de orientação para a tomada de decisão	Descrição dos valores envolvidos em cada categoria
Instrumental	Dá valor à possibilidade de expansão do negócio, à obtenção de benefícios, fazendo dinheiro, e ao melhoramento nas condições de trabalho.
Social	Dá valor ao ganho de prestígio social, à possibilidade de apoiar a família e, também, de trabalhar junto com ela, e à manutenção da tradição da família.
Expressiva	Dá valor ao prazer de ser o proprietário (o que eleva a sua autoestima), à chance de usar a criatividade e desenvolver os planejamentos e a organização do seu trabalho, assim como obter a resposta dessas ações.
Intrínseca	Dá valor ao estilo de vida na área rural, à independência, ao bem-estar que as tarefas de trabalho no meio rural lhe proporcionam ao escolher esse estilo de vida.

Fonte: Quadro apresentado por Fernandes (2015, p.83), a partir da classificação de Gasson (1973).

A partir desses valores mencionados no Quadro 1 o agricultor pode ter uma inclinação a permanência no meio rural ou não com as atividades que são relacionadas a sua agroindústria familiar, porque estabelecem uma relação da sua atividade com uma realização e/ou com uma obrigação do dia-a-dia.

Gasson (1973) apud Reicher e Gomes (2013), analisaram os agricultores do Reino Unido, e diante desta análise concluíram que o processo de tomada de decisão do produtor rural é complexo e quase sempre marcado por múltiplos objetivos, podendo ocorrer alguns que não são de natureza econômica e sim influenciados por objetivos pessoais, metas, comportamento familiar, atitudes e necessidades da família, os quais exercem influência sobre a tomada de decisão dos agricultores.

Portanto, pode-se afirmar que a abertura de uma agroindústria familiar, para os produtores rurais, seja uma tomada de decisão, por isso o autor Prezotto (1997) apud Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2013), caracteriza a agroindústria familiar, como uma unidade de transformação e/ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares. Ela é gerenciada pelos próprios agricultores e constituída de instalações e equipamentos adequados à escala de produção não industrial tradicional, ou seja, de grandes agroindústrias.

Com isso, a abrangência da agricultura familiar envolve diferentes definições, havendo denominações como agricultura camponesa, agricultura familiar, unidade de

produção agrícola, pequena propriedade agrícola familiar, entres outras qualificações. Essas denominações podem ser vistas ora como sinônimos, ora com sentidos e/ou ênfases variadas, que mostram a estrutura produtiva associada à família – produção – trabalho, com consequências básicas que atuam economicamente e socialmente. Segundo Dalcin; Oliveira; & Troian (2010) afirmam que

A diversificação apresentada pela agricultura familiar é determinante para a sua sustentabilidade socioeconômica, ambiental, política e cultural e da região em que está estruturada. Da mesma forma, a análise da gestão do empreendimento rural familiar, nos princípios do agronegócio, favorece a quebra do paradigma do processo de tomada de decisão por parte desses produtores, estabelece premissas básicas ao desenvolvimento rural e promove uma integração efetiva com a realidade social (DALCIN; OLIVEIRA; TROIAN, 2010, p. 02).

No entanto, Savoldi e Cunha (2010) referem que a agricultura familiar não é abrangida como trabalho familiar, pois um dos fatos que a distingue da maioria das formas sociais de produção familiar é o papel principal da família como estrutura básica de organização da reprodução social, por meio de formulação de estratégias familiares e individuais, que se relacionam abertamente à transmissão do patrimônio material e cultural. A configuração de exploração agrícola familiar implica em uma unidade de produção onde propriedade e trabalho estão fortemente ligados à família.

Já do ponto de vista do autor Abramovay (2012), a agricultura familiar é conceituada como aquela em que a gestão, o atributo e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que sustentam entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta aceção não seja comum e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diversos setores sociais e seus aspectos edificam categorias científicas, que servirão a certos escopos de práticas. A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser justamente a mesma daquela citada com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar estejam presentes em todas elas.

A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo centro está na afinidade direta com a terra e com a produção agrícola. Os que fazem oposição ao uso da concepção de agricultura familiar têm suas ambiguidades. De qualquer modo, a conjectura de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais do Brasil. O entendimento da agricultura familiar, no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa

reprodução social da família é regulada por valores de tradição familiar. Além disso, há as estratégias de reprodução que não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais (SOVALDI; CUNHA, 2010).

Sobre a importância da agroindústria familiar rural na agricultura familiar, vale mencionar a dedução apresentada por Pelegrini e Gazolla (2009, p. 370):

[...] a agroindústria familiar é, do ponto de vista da geração de renda, de empregos e manutenção do homem nos espaços rurais, uma estratégia de reprodução social importantíssima da agricultura familiar e deve ser um dos 'pilares' em que se deve assentar qualquer programa ou projeto de desenvolvimento rural para este setor social em nível local ou territorial.

Wesz Junior e Trentin (2005), por sua vez, referem à agroindústria familiar como uma posição importante no cenário da agricultura familiar, por cooperar com a sociedade, produzindo alimentos, por gerar empregos e distribuir renda, contribuindo com o desenvolvimento local e regional.

As agroindústrias familiares podem, ser vistas como um meio para o fortalecimento da agricultura familiar, pois contribuem, com economia local, agregando valor aos produtos para, então, comercializá-los. Além disso, as propriedades familiares que possuem uma agroindústria não deixam de produzir os demais produtos oriundos das atividades agrícolas, porque o cultivo da matéria-prima, raramente, ocupa toda a propriedade familiar (WESZ JUNIOR, 2007).

2.2 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização agrícola não consiste apenas na venda da produção em um determinado mercado, mas caracteriza-se como um processo contínuo e organizado de encaminhamento da produção agrícola ao longo de um canal de comercialização, no qual o produto sofre as devidas transformações, diferenciações e a agregação de valor. Entre várias situações que levam à geração e à implementação de um sistema de comercialização agrícola, estão os desajustes entre o crescimento da demanda (consumo) e o da produção (oferta), bem como o desequilíbrio entre a produção para os mercados internos e externo (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

A comercialização agrícola se exhibe como uma atividade complexa dentre aquelas que envolvem o "sistema de agricultura", uma vez que atua no momento em que a produção assume a condição de mercadoria, na ponta da cadeia. Essa

complexidade cogita a dinâmica que a atividade assume e envolve um circuito integrado de mercados, assim abrangendo diversos segmentos e setores que se adaptam à produção e incidem nas metas de quantidade e qualidade, desse modo formando cadeias, redes e/ou arranjos produtivos (CARVALHO; COSTA, 2013).

Os produtos agrícolas manifestam características distintas, como a articulação, interação e dispersão de bens e serviços, por isso que organizam fluxos de atividades conexas à agricultura, através da produção e da organização espacial para a sua comercialização. Esses processos compõem a cadeia produtiva, dessa forma integrando etapas de beneficiamento ou processamento. A cadeia tende a se ampliar ou contrair conforme a demanda econômica de um determinado produto, transformando-se assim no tempo, no espaço e no número de atores envolvidos para causar a interação produto – consumidor (CARVALHO; COSTA, 2013).

Mendes e Padilha Junior (2007) conceituam a comercialização com uma visão tradicional e moderna diante da visão tradicional, apontam que se situa na “porteira agrícola”, na qual o processo de produção termina e a comercialização começa, o local em que acontece a primeira transferência de propriedade. O enfoque tradicional evidencia uma divisão conceitual arbitrária entre produção e consumo, isto é, a comercialização apenas interliga a produção e o consumo. Diante da visão moderna, apontam que a produção é considerada uma parte de um conjunto de inter-relacionamento de atividades econômicas, em que a ênfase está direcionada ao sistema de comercialização, visto como um meio de executar a coordenação entre a produção e a demanda do consumidor.

O segmento de comercialização de produtos agrícolas gira em torno de uma atividade que envolve o campo de circulação de mercadorias, a qual teve origem no setor produtivo, assim seguindo de uma transferência da produção para os setores da indústria, atacado e varejo, até chegar ao consumidor final. A ação é focada no cliente/consumidor, começa com o cliente e termina com os ativos e as competências essenciais. O “foco no cliente concentra-se nas necessidades e preferências, identificando as opções através das quais essas preferências e necessidades podem ser atendidas da melhor forma possível” (SEPULCRI; TRENTO, 2010, p. 04).

Os fluxos da cadeia produtiva colocam o cliente/consumidor como primeiro elo da cadeia e todo o restante é orientado por ele. Na comercialização pode-se ressaltar a importância da segmentação de mercado, para que as empresas possam direcionar os seus produtos para o público certo e então serem comercializados. Dessa maneira,

a segmentação de mercado deve ser feita para cada região ou público, para que possam ser atendidas as diferentes necessidades do mercado alvo. Com isso, agricultores e comerciantes precisam estar atentos a todas essas diferenças (SEPULCRI; TRENTO, 2010).

Numa visão restrita, a comercialização agrícola pode ser refletida como um simples ato do agricultor, consistindo na transferência de seu produto para outros agentes que compõem a cadeia produtiva em que ele está inserido. Essa é uma visão tradicional da comercialização agrícola, que é definida pela transferência de propriedade do produto num único ato após o processo produtivo, dentro dos limites da unidade de produção agrícola (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010).

Em síntese, a comercialização agrícola busca relacionar características do conjunto de atividades e arranjos institucionais necessários para que os produtos cheguem ao mercado. Dessa forma, a comercialização relaciona-se com a transferência de propriedade, com a agregação de valor aos produtos agrícolas, conseguindo o valor percebido pelos consumidores (utilidades), relacionada ao tempo (armazenamento), ao lugar (transporte) e à forma de processamento. As atividades e arranjos institucionais destacados são funções denominadas do sistema de comercialização e definidas “como atividades desempenhadas por instituições especializadas durante as diversas fases de comercialização” (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007, p. 193). É o que resume o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Funções da comercialização agrícola

Funções de Comercialização Agrícola	Características
Funções de Troca	Estão alistadas à posse dos produtos agrícolas, abrangendo a formação dos preços a partir da relação entre as funções de compra e de venda.
Funções Físicas	Estão relacionadas à geração de utilidade (facilidade) para os produtos agrícolas, no que diz respeito ao tempo (armazenagem), ao lugar (transporte) e à forma (processamento).
Funções Auxiliares	São aquelas que facilitam ou complementam o processo de comercialização dos produtos agropecuários, como padronização, financiamento, seguro, informações e pesquisas de mercado.

Fonte: Adaptado de MENDES; PADILHA FILHO, 2007.

Nesse contexto, a comercialização dos produtos agrícolas ocorre não só mediante o estabelecimento de mercados e o confronto impessoal entre oferta e demanda, mas também é um resultado da interação dos indivíduos participantes de uma comunidade e da criação de laços de confiança entre os produtores e consumidores, principalmente quando trata-se da comercialização em menor volume. Num contexto global, a “[...] comercialização engloba a produção agrícola, como industrialização, transporte de produtos, relações com o consumidor e todas as demais atividades necessárias para a colocação do produto até o consumidor” (PEDERIVA, 2012, p. 26).

As funções descritas anteriormente são desempenhadas por agentes que compõem os canais de comercialização, tais como *tradings*, atacadistas, varejistas, centrais de compra e distribuição de serviços de alimentação, transportadores, armazenadores e agroindústrias processadoras. Canal de comercialização ou de distribuição, ou, ainda, de *marketing*, é a

Sequência de etapas por onde passa o produto agrícola até chegar ao consumidor final, configurando a organização dos intermediários, cada qual desempenhando uma ou mais funções de comercialização, sendo o arranjo institucional que viabiliza as relações de mercado nas cadeias produtivas agroindustriais (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p. 59).

No contexto dos canais de comercialização também existem duas estratégias que poderão ser utilizadas pelo proprietário rural: a difusão de seus produtos no mercado e a segmentação dos mercados. Na primeira estratégia o agricultor está preocupado como a distribuição dos produtos no mercado, sem levar em consideração as diferenças existentes entre os possíveis compradores, como pode-se citar o caso de *commodities* agrícolas. Nessa situação, os produtos são unificados

e efetivados na comercialização, a qual está condicionada ao preço desse produto e à capacidade que têm os agricultores de cumprir os contratos (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010).

Na segunda estratégia, em oposição, a demanda heterogênea exige do agricultor uma acepção quanto aos mercados-alvo a serem atingidos. Diante dos fatos, nessa estratégia os produtos são diferenciados e a efetivação da comercialização está condicionada especialmente aos atributos de qualidade dos produtos agrícolas e à capacidade que o agricultor tem de atingir os segmentos exclusivos do mercado (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010).

A comercialização dos produtos e os seus canais de comercialização não podem ser vistos simplesmente como a transferência de propriedade entre os produtores e consumidores, mas sim pelo processo que transforma e agrega valor ao produto, além da importância no desenvolvimento econômico, ao gerar efeitos positivos em vários setores agrícolas, mostrando que é indispensável e benéfica para o escoamento da produção, na medida em que ajuda a adequação à oferta dos produtos, às necessidades dos consumidores, que demandam em locais e épocas distintas e de formas variadas (PEDERIVA, 2012).

2.3 AGREGAÇÃO DE VALOR

Salienta-se que os empreendimentos rurais são particularmente complexos, devido à dependência dos recursos naturais, sazonalidade de mercado, perecibilidade dos produtos, tempo de maturação dos produtos e impossibilidade de mudanças imediatas na produção. No entanto, uma vez realizado um investimento é necessário guardar o resultado da produção e estocá-lo à espera de melhores condições de vendas. Diante dos fatos expostos, o produtor precisa lidar com aspectos técnicos, mercadológicos, legais, políticos, financeiros, sociais, econômicos, ambientais e com os recursos humanos de sua empresa. Essa complexidade vem induzindo a uma mudança de postura do produtor rural, que tem buscado aperfeiçoar a gestão do seu negócio (VILCKAS; NANTES, 2007).

O profundo interesse pela agroindústria rural se estabelece pelo vínculo que a atividade compõe com os processos de desenvolvimento rural, que são oriundos da geração de valor agregado e emprego produtivo. Isso é evidente e relevante para uma bibliografia que, ao longo de duas décadas, ocupou um debate benéfico das especificidades socioculturais e econômicas, as quais garantem capacidade de

invulnerabilidade às formas de produção familiar, edificando espaços de manobra e estratégias reprodutivas para encarar as pressões estabelecidas pelo processo de oligopolização do sistema agroalimentar (GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012).

Nantes & Scarpelli (2001) apud Vilckas e Nantes (2007) descreveram que a gestão do empreendimento rural, que abrange coleta de dados, geração de informações e tomada de decisão, é insuficientemente ajustada na literatura. Os trabalhos existentes nessa área estão restritos aos aspectos relacionados a custos, finanças e contabilidade. São incipientes os esforços dedicados a outras ferramentas de gestão, tais como definição do produto e do processo de produção, sistema de qualidade, planejamento e controle da produção, entre outras. Além disso, as estruturas de divulgação não são suficientes para capacitar o produtor na prática e utilização das técnicas disponíveis.

O valor agregado pode ser acentuado em três pontos de vista: o preço, comportamento do consumidor e a estratégia. O preço é definido como o *trade-off*, o qual é entendido pelos consumidores como os benefícios recebidos e os investimentos (monetários e não monetários) para a compra do produto e/ou serviço. Desse modo, no aspecto de comportamento do consumidor, seu valor é definido de acordo com a satisfação das necessidades e o desejo do consumidor pelo produto e/ou serviço obtido pelo cliente. O panorama estratégico, o seu valor, referem-se a quanto os compradores/clientes estão dispostos a pagar por aquilo que a empresa está apta a oferecer. Para haver uma competição, a empresa pode adotar uma estratégia de liderança de custo, a qual pode reduzir seus custos, ou diferenciá-lo, assim melhorando o desempenho do produto, de acordo com o mercado a ser atendido (CHERNATONY, L. D.; HARRIS, F.; RILEY, F. D., 2000; PORTER, 1985 apud VILCKAS; NANTES, 2007).

No entanto, Vilckas & Nantes (2007) afirmam que

Agregar valor aos produtos de origem rural tornou-se uma questão fundamental para os produtores, por meio da qual podem permanecer e alcançar novos mercados, tornando o empreendimento mais competitivo. No entanto, no ambiente rural, ainda são poucas as tentativas de agregação de valor. Esse é um processo lento que encontra barreiras no comportamento mais tradicional do produtor (VILCKAS; NANTES, 2007, p. 28).

É cabível argumentar que a agregação de valor também pode advir de efeitos indiretos relacionados à redução dos custos de produção e transação. Nela estão envolvidos todos os elos da cadeia de processamento. Embora isso não seja

nenhuma novidade, esse argumento sublinha um equívoco recorrente em desconsiderar aquelas situações em que as unidades agroindustriais de maior escala manifestam custos muito próximos ao ganho bruto obtido a partir dos processos de transformação, tornando-se pouco vantajosa a operação de processamento caracterizado de economias em escala (GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012).

A agregação de valor ao produto é uma estratégia que admite que o agricultor familiar enfrente alguns obstáculos na produção e comercialização dos alimentos. Normalmente não se dispõe de informações e condições suficientes para guardar os produtos perecíveis que serão produzidos, tendo que adotar o uso de técnicas de processamento de alimentos, que assim traz valor agregado ao produto. Com isso, a agricultura familiar se fortalece ao utilizar essa estratégia, pois valoriza seus produtos; e para o agricultor, a agregação de valor à matéria prima coopera para melhorar o preço, garantindo a viabilidade econômica ao seu negócio. Um fator importante a ser destacado pela estratégia é o apoio de entidades governamentais através de políticas públicas favoráveis, cooperativismo, a troca de experiências e a transferência de tecnologias, entre outros critérios (CRIBB, 2014 apud SANTOS, 2014).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os aspectos metodológicos utilizados para a realização do projeto de pesquisa. Também foram abordadas a caracterização da pesquisa, a coleta e a análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa, no que tange aos objetivos, é descritiva. Essa tipologia de pesquisa solicita do pesquisador uma gama de informações sobre o contexto investigado. Para Triviños (p. 110, 1987), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é empregado, normalmente, quando a intenção é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados ao fenômeno. Logo, o processo descritivo necessita de identificação, registro e análise das características, fatores e/ou variáveis que podem estar relacionadas com o processo em estudo.

Segundo Gil (2008), essa tipologia de pesquisa tem por intuito descrever as características de uma população ou fenômeno, e/ou constituir relação entre variáveis para compreender a ação estudada. São vários os estudos que podem ser classificados como pesquisa descritiva e uma de suas características mais expressivas diz respeito à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para a coleta de dados da pesquisa realizada foram utilizados dados primários, que possuem como principal característica as informações originais, os quais “não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, isto é, foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador para a solução do problema, podendo ser coletados mediante entrevistas, questionários e observação” (MALHOTRA, p.103, 2012). Nesse sentido, os dados primários são aqueles que obtém-se com a pesquisa e que são coletados especialmente para o atendimento dos objetivos da pesquisa desenvolvida.

No que diz respeito à abordagem da pesquisa, este estudo contará com o desenvolvimento qualitativo, o qual trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno, como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências (TRIVIÑOS; 1987).

De acordo com o autor citado acima, existem algumas características desejáveis na pesquisa qualitativa, que buscam por:

“[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.)” (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa é compreendida como uma “expressão genérica”. Isso significa que ela compreende atividades ou investigações que podem ser denominadas específicas.

3.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa desenvolvida teve sua base sólida na análise das quatro agroindústrias familiares localizadas na região de Cerro Largo/RS, quanto a influência das agroindústrias familiares para os agricultores. Conforme abordado pelo autor Guske (2017), a agroindústria familiar formalizada deve possuir laudos de licença sanitária, ambiental e de potabilidade da água. Dessa forma ela se torna legalizada, assim estando apta a receber o Selo Sabor Gaúcho. Atendendo a esses requisitos formais poderá comercializar seus produtos com determinação legal.

Mediante isso, o desenvolvimento da pesquisa foi por meio de entrevista, com abordagem despadronizada ou semiestruturada, a qual foi realizada de forma intencional com cada gestor das agroindústrias envolvidas na pesquisa, pois eles (as) possuem maior conhecimento a respeito do objeto do estudo e estão de posse do maior número de informações sobre o que está sendo pesquisado. Para a exploração dos dados, as entrevistas foram realizadas separadamente, contemplando os proprietários das quatro agroindústrias envolvidas na pesquisa.

Dessa maneira, pode-se constatar que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto” (LAKATOS, 2010, p. 178). Com isso, pode-se entender que é um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico e no tratamento de um problema social. Assim, considera-se que a entrevista é um instrumento por excelência da investigação social, pois quando

realizada por um investigador experiente “é muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados” (BEST; 1972, p. 120, apud LAKATOS; 2010, p. 179).

Diante dos aspectos abordados, pode-se ressaltar que os objetivos foram alcançados com base nas perguntas feitas aos entrevistados. Dessa maneira destaca-se que o objetivo geral foi respondido pelas seguintes perguntas 3, 10, 11 e 12. Os objetivos específicos foram alcançados da mesma maneira, sendo que o objetivo A foi medido pelas perguntas 1 e 2, o objetivo B foi verificado pelas perguntas 6, 7, 8, 9 e 13, o objetivo C foi aferido pelas perguntas 4 e 14 e o objetivo D foi respondido pelas perguntas 5, 15 e 16. Dessa forma, percebe-se que todos os objetivos foram alcançados por meio de uma entrevista despadronizada ou semiestruturada.

Mediante o que foi exposto, o entrevistado poderá passar por alguns constrangimentos e/ou limitações, como por exemplo: a retenção de alguns dados importantes da pesquisa, que o gestor não poderá disponibilizar para o entrevistador; a dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes, um pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados. A entrevista poderá demandar muito tempo do gestor, o qual poderá ter outros afazeres. Para minimizar esses constrangimentos e/ou limitações do entrevistado, o entrevistador entrará em contato prévio antes da realização da pesquisa, podendo adiantar algumas informações necessárias que o gestor precisará para responder às perguntas. Além disso, o entrevistador garantirá ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade. Assim pode-se assegurar o benefício que a pesquisa trará à sociedade em que estão envolvidas as agroindústrias, pois os gestores poderão expressar as suas opiniões para o fortalecimento da agricultura familiar, e abordar ideias que poderão melhorar a sobrevivência nela.

3.3 ANÁLISES DE DADOS

O procedimento de análise pode ser denominado “análise de conteúdo”, tendo por finalidade básica a busca do significado de materiais textuais ou em artigos acadêmicos (APPOLINÁRIO; 2011), o que podemos observar no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Categorias para análise dos dados coletados

Objetivos de pesquisa	Característica
Histórico - cultural das agroindústrias familiares	Sua principal característica é o resgate ou releitura de elementos culturais tradicionais da região onde é produzido. Os produtos são resultantes de uma intervenção planejada com o objetivo de diversificar os produtos, dinamizar a produção, agregar valor e otimizar custos, preservando os traços culturais (BRASIL, Portaria n. 29/2010, Art. 16, § 4º).
Comercialização de produtos	É uma atividade complexa dentre aquelas que envolvem o “sistema de agricultura”, uma vez que atua no momento em que a produção assume a condição de mercadoria, na ponta da cadeia. A atividade assume e envolve um circuito integrado de mercados, na qual incidem metas de quantidade e qualidade, desse modo formando cadeias, redes e/ou arranjos produtivos (CARVALHO; COSTA, 2013).
Agregação de valor	A agregação de valor ao produto é uma estratégia que admite que o agricultor familiar enfrente alguns obstáculos na produção e comercialização dos alimentos (CRIBB, 2014 apud SANTOS, 2014).
Percepção dos gestores	Maior conhecimento a respeito do objeto do estudo e por estar na posse do maior número de informações sobre o que está sendo pesquisado.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Lakatos (2010) relata que a análise e a interpretação dos dados são duas atividades distintas, mas que estão estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem as duas operações. Dessa maneira, a análise dos dados é uma tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser “estabilidades em função de suas propriedades relacionadas de causa – efeito, produtor – produto, de correlação, de análise de conteúdo” (TRUJILLO, 1974 apud LAKATOS, 2010). Essa análise pode ser realizada em três níveis: Interpretação, que é a verificação das relações entre as variáveis independentes e dependentes, Explicação, a qual esclarece a origem da variável dependente e a Especificação, que explica até que ponto as relações entre variáveis independentes e dependentes são válidas (LAKATOS; 2010).

Dessa forma, pode-se caracterizar a pesquisa como uma análise das falas dos entrevistados, podendo ser vista, como uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifestado na comunicação entre gestor e pesquisador. No tratamento de informações contidas nas

falas dos entrevistados é conveniente destacar que as falas obtidas não se limitam somente ao conteúdo, embora tenha uma significativa consideração (BARDIM, 1977).

Portanto, para a tabulação dos dados, primeiramente foi realizada a gravação da entrevista com os gestores das agroindústrias familiares, tendo auxílio de um celular com gravador. Logo após foi realizada a transcrição dos dados, com utilização do aplicativo OpenOffice Writer. A seguir foi realizada a análise das falas dos gestores. Desse modo, advindo o encerramento da pesquisa, foi feita a devolutiva aos participantes da entrevista, expondo aos gestores das agroindústrias envolvidas na pesquisa os resultados obtidos, informando-os de que maneira ocorreram os resultados do estudo, isto é, o entrevistador explicará, de forma analítica, qual foi a sua percepção diante da pesquisa realizada, sendo entregue uma cópia da pesquisa aos gestores, para que possam repassar aos demais interessados. A pesquisa desenvolvida seguiu as seguintes etapas: correções e ajustes propostos pela banca, aprovação do Comitê de Ética, entrevista e coleta de dados, análise e tabulação dos resultados, demonstrando a forma como foi realizada a pesquisa.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de um estudo que envolve pessoas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) e o instrumento de coleta de dados foram encaminhados para o Comitê de Ética que aprovou, conforme Processo nº CAAE: 73043917.6.0000.5564. Após a aprovação as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2017.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo foi desenvolvido para apresentar os resultados obtidos com a realização da pesquisa. Diante da realização da pesquisa, os gestores das agroindústrias familiares rurais solicitaram o resguardo de suas identidades, sendo por isso identificados na análise dos resultados como gestores A, B, C e D.

Logo, a subcapítulo 4.1 dará ênfase a influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo, a subcapítulo 4.2 a evidência ao contexto histórico-cultural das agroindústrias familiares, a subcapítulo 4.3 os canais de comercialização das agroindústrias familiares, a subcapítulo 4.4 a gestão agroindustrial e os possíveis gargalos entre a produção e a comercialização e a subcapítulo 4.5 sugestão de melhorias entre a produção e a comercialização das agroindústrias familiares.

4.1 A INFLUÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES PARA OS PRODUTORES RURAIS DE CERRO LARGO

Durante anos, no Brasil e no mundo, buscaram-se alternativas que gerassem condições e oportunidades de trabalho e renda no campo, com a inclusão do jovem e da mulher trabalhadora rural nas atividades produtivas. Todas essas ações deveriam, possibilitar a manutenção e a reprodução social das famílias no campo, com qualidade de vida. Ou, de modo geral, que combatessem a pobreza, o desemprego e o êxodo rural. Destas, a ideia de implantação de agroindústrias familiares começou a ganhar ênfase em várias pesquisas e trabalhos. Porém, ela não representa uma solução de todos os problemas e necessidades dos agricultores. “Ela deve ser trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras alternativas associadas, que busquem construir o desenvolvimento rural sustentável, nos aspectos sociais, ambientais, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar” (WESZ JUNIOR, TRENTIN, p. 169, 2001).

Nesse sentido, foi indagado aos gestores das agroindústrias familiares rurais, se houve algum incentivo do Poder Público Municipal para a formação da agroindústria familiar e percebeu-se que não houve muitos incentivos de sua parte, mas compreendeu-se a grande abrangência que a Emater/RS teve ante a abertura das agroindústrias familiares.

Portanto se o incentivo do Poder Público Municipal é incipiente pelo menos as ações da Emater são reconhecidas, assim como revelou um estudo desenvolvido por Engel, Fernandes, Dalcin (2016, p. 15). Constatou-se também que, de modo geral, segundo os gestores, a Emater/RS vem realizando seu papel junto às agroindústrias. Todos os entrevistados afirmaram que só conseguiram se legalizar em função do empenho dos colaboradores da instituição, fazendo menção positiva ao nome desses colaboradores que os atenderam para concretizarem o processo.

Desta forma, pode-se afirmar que a formalização da agroindústria familiar promove a valorização e a melhoria da qualidade dos produtos, possibilitando a ampliação do mercado por meio da comercialização em padarias, supermercados locais ou da região, além da venda direta ao consumidor, contribuindo para o desenvolvimento do Agro Turismo da sua região. A agroindústria familiar legal também pode participar de feiras e eventos estaduais, nacionais e até internacionais, divulgando seu produtos e as tradições culturais de sua região (FREITAS; LIMA; SILVA, et al. [?]).

A agroindústria familiar é um espaço físico utilizado para o processamento de matérias-primas agropecuárias destinadas a comercialização que tenham como características a mão-de-obra predominantemente familiar, gestão do empreendimento essencialmente familiar, matérias-primas preferencialmente produzidas por agricultores familiares ou pequenos produtores rurais e a constituição de forma individual ou associativa (FREITAS; LIMA; SILVA, et al. [?]). Diante disso, percebe-se a necessidade de incentivos para formalizar a mão de obra, pois o grupo familiar não consegue mais prosseguir sozinho.

Contudo, quando perguntado aos gestores e/ou gestoras das agroindústrias familiares, sobre os incentivos que eles acreditam que poderiam motivar o jovem a permanecer no meio rural, o que se mostrou mais significativo foi o depoimento da gestora C:

“Acredito que deve-se montar uma estrutura e deixar os jovens presentes na família da agroindústria, participando integralmente, pois entendo a importância das minhas duas filhas para me ajudarem em toda estrutura da agroindústria familiar.”
(GESTORA C)

Entretanto, diante das respostas dos demais gestores, percebe-se a falta de jovens na agroindústria familiar do Município de Cerro Largo, e o quão preocupados

os gestores das agroindústrias estão, por não terem quem queira continuar na agricultura familiar e poder dar continuidade à sua atividade.

Perante este relato, a sociedade como um todo deveria ter as agroindústrias familiares como um instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar, pois elas contribuem com economia local, agregando valor aos produtos para comercializá-los. Além disso, as propriedades familiares que possuem uma agroindústria não deixam de produzir os demais produtos oriundos das atividades agrícolas, porque o cultivo da matéria-prima, dificilmente irá ocupar toda a propriedade familiar (WESZ JUNIOR, 2007 apud FERNANDES; ENGEL, 2016).

Contudo também foi analisada qual a contribuição que a agroindústria familiar trouxe para o fortalecimento e a permanência do agricultor no meio rural, evidenciando-se as respostas expostas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Contribuições das agroindústrias familiares para o agricultor rural

Entrevistados	Respostas
Gestor (A)	A maior contribuição perante a legalização da agroindústria foi a venda seus produtos aos comércios das regiões vizinhas, para abranger uma maior freguesia.
Gestora (B)	Cita a concretização da agroindústria familiar como uma realização. Afirma que se soubesse que o negócio daria certo, teria há muitos anos abandonado a cidade para voltar ao meio rural e ter aberto a agroindústria familiar.
Gestora (C)	Relata que agroindústria familiar, foi a única forma encontrada pela família para não abandonar a agricultura familiar
Gestor (D)	Relata que sua maior contribuição foi a renda extra que a agroindústria familiar trouxe para eles como agricultores.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Portanto, todos os gestores e/ou gestoras, evidenciaram a importância da legalização da agroindústria familiar rural. Pode-se dizer que essa tarefa é considerada pelos agricultores familiares como um processo complexo e difícil, apesar de o Estado tentar torná-lo mais simples nos últimos anos, em função das políticas públicas criadas para facilitar esse processo (FERNANDES; ENGEL, 2016).

Logo, percebe-se que constituição da agroindústria familiar, traz consigo uma sustentabilidade para os agricultores familiares rurais. Desta forma, foi questionado junto aos gestores e/ou gestoras sobre a sobrevivência das agroindústrias familiares

nos mercados, obtendo-se as seguintes respostas apresentadas no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Sustentabilidade das agroindústrias familiares

Entrevistados	Respostas
Gestor (A)	Apontou dois quesitos, o primeiro que deveriam ser desenvolvidos mais incentivos que motivassem o agricultor a continuar no meio rural, e o segundo que a fiscalização sanitária, não comparasse uma agroindústria familiar rural, como uma grande empresa, de grandes centros, pois muitas vezes a fiscalização sanitária, faz com que o agricultor desista do negócio, por ele nunca conseguir acertar.
Gestora (B)	Alega, que agroindústria familiar não deveria ser comparada como uma empresa de grande porte, na parte da legalização sanitária, assim como, afirma que a legalização faz com que muitos agricultores desistam de abrir uma nova agroindústria familiar, por não conseguir licenciamento municipal ou estadual.
Gestora (C)	Com relação a sobrevivência das agroindústrias familiares, diz ser preciso muita persistência e procurar muita ajuda dos órgãos públicos, para que eles possam orientar, nas questões de legalizações para a venda municipal e estadual.
Gestor (D)	Menciona que deveriam vir mais incentivos perante a Emater, como dar cursos ao longo dos anos da agroindústria familiar, para que ela possa ficar cada vez melhor e mais forte.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Diante das respostas dos entrevistados, reforça-se a abordagem do autor Maluf (2004), na qual pondera o processo de obtenção da licença sanitária como a etapa mais difícil a ser vencida para legalizar uma agroindústria. Mas, além da legalização sanitária, as agroindústrias familiares rurais têm que atender à legislação ambiental, fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária.

Perante todas as dificuldades, a legalização consiste na garantia da procedência e da qualidade do produto para os consumidores e serve ao poder público como um modo de obtenção de renda enquanto a agroindústria familiar rural permanecer nesse processo como um mero espectador, quando na verdade deveria ser o “centro das atenções”. Esse gestor poderia contribuir mais para o aprimoramento desse processo, se o Estado lhe permitisse tal contribuição (FERNANDES; ENGEL, 2016).

Os autores, Peres et. al. (2009), dizem que o desenvolvimento da agroindústria familiar permite visualizar a viabilidade econômica do meio rural, refletindo na

permanência do homem no campo, principalmente dos filhos e filhas, que antes viam dificuldades diante das poucas opções que lhes eram oferecidas.

4.2 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Conforme citado pela autora Guske (2017), a constituição das agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos, promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência (valor de uso) da família rural, para consumo na entressafra, o produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar (GUSKE, 2017).

Desta maneira, os agricultores familiares necessitam trabalhar o empreendedorismo como estratégias para desenvolver suas propriedades, de modo que possam aproveitar todos os recursos disponíveis para criar novos produtos e serviços ou aperfeiçoar os que já estão sendo industrializados. Logo, a agroindústria familiar passa a ser uma síntese contemporânea, pois representa a união entre as relações de produção, gestão, administração e fiscalização adequada às exigências do mercado (LIMA; PARTELI; LOOSE, 2015).

Quando questionado aos gestores (B) e (D), sobre a influência da família de origem na abertura da agroindústria familiar e se os produtos já eram comercializados pelos antepassados, manifestaram as seguintes situações, que estão expostas no Quadro 6.

Quadro 6 - Agroindústrias familiares sem relação com o histórico-cultural

Entrevistados	Respostas
Gestora (B)	Pauta que por deslocar-se todos os dias para a cidade para ir no seu emprego e por ter que deixar sua filha na creche, cansou-se da rotina, então que surgiu a ideia de preparar bolachas e outros doces, no início ela preparava esses produtos em sua casa, mas com o passar dos anos, se caracterizou como uma agroindústria familiar rural, para poder continuar nesse ramo.
Gestor (D)	Aborda que os seus pais não comercializam a mandioca que produziam, apenas para consumo próprio, até o momento em que o gestor (D), começou a comercializar mandioca e uvas como feirante, aí então surgiu a ideia da abertura da agroindústria familiar, no entanto o gestor acabou optando por ficar com a agroindústria familiar no ramo de mandioca e afirma que seus antepassados não o influenciaram nesse ramo.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Conseqüentemente, percebe-se que o histórico-cultural e a origem da família pode ou não influenciar na abertura da agroindústria familiar. Assim, observa-se que essas duas famílias obtiveram situações diferentes para abertura da agroindústria familiar. Portanto, salienta-se que esses gestores obtiveram outra tomada de decisão diversa, a qual pode ser classificada por Gasson (1973) apud Fernandes (2015), como instrumental, na qual traz benefício para os gestores e/ou gestoras, trazendo dinheiro e um melhoramento no trabalho.

Diante do grupo de entrevistados, 50% não aplicam o saber presente no grupo familiar nas atividades agroindustriais, assim a agroindústria não manifesta tradição. De modo geral, nos casos em que a tradição familiar não está presente nas atividades agroindustriais, as famílias encaram a agroindústria como uma estratégia de obtenção de renda. Como já mencionado, 50% das famílias deixaram claro que os produtos agro industrializados não carregam tradição.

4.2.1 Relação do Histórico- Cultural das Agroindústrias Familiares

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo (MIOR, 2005).

Mediante isto, a tradição alimentar pode ser encarada como resistência à globalização. A produção de alimentos pelas agroindústrias familiares rurais em um contexto adverso também pode ser considerada uma reação. A resistência se dá, acima de tudo, a um “conjunto de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas” (PLOEG, 2008).

Hobsbawm (2014) explica que as tradições são reações a situações novas, isto é, são meios de resistir às transformações do mundo. Nesse sentido, as tradições não são somente práticas aleatórias que remetem ao passado, mas são ações que se referem ao passado e que carregam significados frente às situações em que estão postas.

À vista disso, quando questionado aos gestores da agroindústrias, sobre a cultura e a origem da família, se isto havia influenciado na abertura da agroindústria, os gestores deram as seguintes respostas expostas no Quadro 7.

Quadro 7 - Relação histórico-cultural das agroindústrias familiares

Entrevistados	Respostas
<p style="text-align: center;">Gestor (A)</p>	<p>Relata que a cultura de seus antepassados influenciou na abertura da agroindústria, ainda conta que seu pai fazia a produção de melado a muitos anos e de certa forma, isto lhe facilitou para abertura da agroindústria familiar. Mas também alega que introduziu a agroindústria familiar para poder comercializar seus produtos para o município de Cerro Largo e também para municípios vizinhos.</p>
<p style="text-align: center;">Gestora (C)</p>	<p>Relata que a forma de como sua mãe comercializava produtos vindos do leite, nunca despertou nela a vontade de comercializar esses produtos, mas “o que realmente fez nós pensar em abrir uma agroindústria familiar, foi a passagem de uma colheita de soja muito frustrante, na qual não tínhamos mais condições de continuar nesse ramo”. Conta ainda que por ela e sua família terem conhecimento nos produtos que eram derivados do leite, incorporaram a ideia de introduzir uma agroindústria familiar de laticínios.</p>

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Tornou-se nítido que os gestores e/ou gestoras das agroindústrias familiares entrevistadas fazem jus ao que era produzido por seus antepassados e com isso sentem-se realizados com a decisão da abertura da agroindústria familiar. O autor Gasson (1973) apud Fernandes (2015), classifica estas decisões como: Social, expressiva e intrínseca, no qual faz com que os gestores e/ou gestoras, sintam o prazer de continuar comercializando os produtos de seus antepassados, assim

fazendo-os sentir-se proprietários e tornando as agroindústrias familiares um estilo de vida, tendo o apoio da familiar e um bem estar para as pessoas nelas envolvidas.

Portanto a tradição alimentar entende-se pela produção de alimentos identificados como produtos com história, pois se constituem e fazem parte de uma determinada cultura, sendo produzidos com matéria prima de uma determinada região. Devido aos conhecimentos e ao saber-fazer presentes nesses alimentos, através de gerações, a sua produção resgata não só a história envolta neles, mas o caráter histórico da agricultura familiar (KARNOPP; ETGES; GUSKE, 2017). Pode-se também diagnosticar que há alguns casos em que a tradição familiar não está presente nas atividades agroindustriais, as famílias encaram a agroindústria como uma estratégia de obtenção de renda.

4.3 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

A comercialização agrícola deve ser tratada de forma abrangente, como uma série de funções ou atividades de transformação e adição de utilidade, em que bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores. A comercialização, deste ponto de vista, ganha um aspecto produtivo, que transforma bens e produtos agrícolas em estado bruto, em bens e produtos capazes de proporcionar satisfação ao consumidor (BARROS, 2006).

O objetivo da comercialização é a satisfação dos desejos e das necessidades dos consumidores, mas o objetivo pode ser também a maximização das vendas e/ou lucros dos agentes envolvidos, uma vez que a comercialização vem assumindo funções de ampliar e/ou modificar as necessidades dos consumidores através de diversas técnicas como o marketing promocional (HOFFMANN et al. 1987 apud PEDERIVA, 2012).

Perante ao exposto, foram questionados alguns quesitos da comercialização dos produtos feitos pelas agroindústrias familiares como: qual a maneira que comercializam os produtos; quais os pontos de venda; como funciona a venda dos produtos aos mercados do município e se as agroindústrias familiares têm apoio de alguma cooperativa para comercialização dos produtos (Quadro 8).

Quadro 8 - Comercialização dos produtos agroindustriais.

Entrevistados	Respostas
Gestor (A)	Menciona que antes da agroindústria comercializava seus produtos de casa em casa, agora, tem seus pontos de vendas fixos, nos quais os pedidos são feitos sob encomendas. Os seus pontos de vendas são mercados tanto municipais, como os estaduais, escolas e fábricas de derivados do melado.
Gestora (B)	Aponta que a comercialização dos seus produtos ocorre em escolas e mercados, tanto estaduais, como os municipais. Também comercializa seus produtos com o público em geral, os quais são seus pontos de vendas, mas destaca que todos os produtos vendidos são feitos sob encomenda.
Gestora (C)	Relata que a comercialização dos produtos produzidos pela agroindústria familiar em vários pontos da cidade, no qual a gestora (C) destaca que após a legalização da agroindústria familiar conseguem atingir 90% do Município de Cerro Largo. Os seus pontos de vendas são Mercados, a merenda escolar, sorveteria, padaria, pizzarias, hospitais, entre outros comércios.
Gestor (D)	Elenca que os produtos produzidos pela agroindústria familiar, tem pouca venda no Município de Cerro Largo. Que comercializa seus produtos para a merenda escolar, mercados e açougues. Por isso conta com um vendedor ambulante, o qual faz rotas nos municípios vizinhos, para conseguir comercializar todo o produto produzido.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Logo, percebe-se que as agroindústrias familiares estudadas possuem um número expressivo de clientelas. E em vista disso pode-se também destacar que três agroindústrias familiares possuem o apoio da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura de Cerro Largo Ltda. Esta comercializa seus produtos para a merenda escolar. Pode-se ressaltar que os canais de comercialização mais utilizados pelas agroindústrias é a distribuição de serviços de alimentos, na qual, quando o produto está pronto, é logo destinado ao consumidor final. Por isso do abastecimento de mercados e escolas terem que ser por encomendas.

A autora Navarro (2015), destaca a importância das cooperativas perante as agroindústrias familiares, o quão formidável é o apoio delas para a agricultura familiar.

O grande demarcador das nossas ações de apoio à agricultura familiar e suas diversas manifestações, dentro de um conjunto de políticas de desenvolvimento rural, é o cooperativismo. Ele é uma das nossas estratégias de fortalecimento econômico da agricultura familiar e reforma agrária. A logística, ganho de escala, acesso ao mercado, volume da produção ofertada para as redes de consumidores, supermercados ou mesmo as compras governamentais são facilitadas pelo cooperativismo e associativismo.

Entendemos que a forma de fazer com que a agricultura familiar se fortaleça economicamente e se coloque perante a sociedade brasileira é por meio do cooperativismo e do associativismo, em função de que essas organizações, desses milhões de agricultores e agricultoras, são a melhor forma de acesso ao conjunto de políticas públicas seja crédito, assistência técnica, habitação rural e também mercado, que é a consolidação do esforço de trabalho canalizado via produção (NAVARRO, 2015, p. [?]).

Por sua vez, estas cooperativas e/ou associações são o elo de ligação entre as iniciativas individuais ou coletivas, representando-as junto a rede de comercialização (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011).

Numa visão mais limitada, a comercialização agrícola pode ser pensada como simples ato do agricultor que consiste na transferência de seu produto para outros agentes que compõem a cadeia produtiva em que ele está inserido. Esta é uma visão tradicional da comercialização agrícola, definida pela transferência de propriedade do produto num único ato após o processo produtivo, ainda dentro ou logo depois dos limites da unidade de produção agrícola (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010).

Em resumo, o conceito mais amplo de comercialização engloba produtos agrícolas, industrializações, transporte dos produtos, relações com o consumidor e todas as demais atividades necessárias para a colocação do produto até o consumidor (PEDERIVA, 2012).

4.4 GESTÃO AGROINDUSTRIAL E OS POSSÍVEIS GARGALOS ENTRE A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO

A gestão familiar tem sua divisão de trabalho e estrutura organizacional própria, a qual diferencia-se da patronal. Por isto carece de uma análise com uma abordagem flexível, capaz de apreender e melhor fundamentar sua organização. Segundo Lima (1992) apud Perondi e Kiyota (2002), considera-se que as unidades de produção familiar são um tipo específico de organização. Para apreender e analisar os elementos essenciais que configuram sua atividade administrativa deve-se buscar evidenciar a sua natureza, isto é, os elementos que concretamente resultam da sua especificidade.

Em suma, a organização do trabalho é feita de forma informal, de modo que cada membro da família participe, da administração e execução das atividades e se sinta responsável pelo funcionamento geral do sistema família-unidade de produção. O projeto imposto à unidade de produção está associado a reprodução da família e da unidade de produção. Os objetivos, as decisões e ações visam, racionalizar custos,

reduzir riscos, garantir o autoconsumo e aumentar a renda familiar, mesmo que isto não signifique a melhor remuneração do capital investido, sendo própria, a atividade administrativa deste tipo de organização (PERONDI; KIYOTA, 2002)

A gestão de pequenas agroindústrias familiares também é desenvolvida pelo agricultores familiares associados à ela. O importante na gestão familiar é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores familiares. Isso deve ocorrer de maneira que todas as pessoas envolvidas sempre tenham acesso a todas as informações organizacionais da agroindústrias familiares. Portanto quando indagado aos gestores e/ou gestoras sobre a gestão e execuções das tarefas dentro da agroindústria familiar, citaram as seguintes respostas explícitas no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9 - Execução e gestão das tarefas das agroindústrias familiares

Entrevistados	Respostas
Gestor (A)	As tarefas começam a ser executadas pelas compra da cana de açúcar, logo após é feita moagem e feito o melado, depois é embalado e comercializado no mercados e pontos de venda. Essas tarefas 90% quem as executa é o gestor da agroindústria. A gestão também é toda feita pelo gestor, ele não conta com nenhum sócio na agroindústria.
Gestora (B)	As execução da tarefa, começa pela compra dos ingredientes, pois nada é produzido na agroindústria. Logo após é feito o preparo das massas de bolachas, bolos, pães e outros doces e por fim são comercializados nos seus pontos de vendas. A execução das tarefas ocorre por encomenda, a gestora conta com a ajuda da família e duas sócias. A gestão é feita pela família.
Gestora (C)	Os ingredientes usados na agroindústria de laticínios são preparados na própria propriedade, a gestora aborda que a execução das tarefas é feita de maneira artesanal e agroindustrial. Na gestão conta com a ajuda da filha que está no ensino superior.
Gestor (D)	A Execução das tarefas na agroindústria começa pelo plantio da mandioca. Logo vem a colheita a mandioca é descascada, lavada e embalada. Após todo esse processo ela é comercializada. A gestão da agroindústria é feita por dois sócios, e uma gestora técnica.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Perante o citado pelos gestores e/ou gestoras, percebe-se que todas as agroindústrias familiares envolvidas na pesquisa necessitam de fornecedores, que disponibilizam a matéria prima para a execução das tarefas. Quanto a gestão das agroindústrias familiares, compreende-se que toda gestão é familiar, na qual todos integrantes da família ajudam na tomada de decisões.

Porém na averiguação dos gargalos entre a produção e a comercialização, os gestores salientaram que o único empecilho de produção e comercialização seria a

falta de legalização nas ruas, pois os gestores e/ou gestoras alegam, que pessoa que não possuem autorização para vender insumos, como a mandioca, bolachas, melado e derivados do leite, estão vendendo de forma ilegal, a um mesmo preço e com isso as agroindústria familiares tem que vender o seu produto a um valor muito baixo, sem obter lucro, outro fator é a legislação para a consecução da agroindústria familiar.

Desta forma, os autores Almeida, Almeida e Medeiros (2009) relatam, que as organizações de maneira geral estão sujeitas a enfrentar uma série de problemas inesperados que restringem o desempenho das operações nos processos produtivos e por consequência comprometem sua eficiência e sua eficácia. Essa série de problemas contribui para restringir e podem ocasionar falhas no atendimento do pedido dos clientes, na concepção e desenvolvimento do produto, na aquisição dos insumos, na produção, no monitoramento, no manuseio, na embalagem, no armazenamento, na entrega, durante o uso do produto pelo cliente e no pós-uso, isto é, em todo o ciclo de vida do produto.

Com base nesses aspectos, os gargalos impedem que as empresas e/ou organizações em geral, façam a utilização plena de sua capacidade produtiva, aumentando o tempo de processamento de pedidos e, conseqüentemente, o custo operacional, além de causar perdas capazes de comprometer a qualidade, produtividade e continuidade nos processos industriais (ALMEIDA; ALMEIDA; MEDEIROS, 2009).

Deste modo, percebe-se que as agroindústrias familiares envolvidas na pesquisa não possuem muito conhecimento sobre gargalos de produção e comercialização. Logo, alegam que não possuem gargalos na produção e nem na comercialização de seus produtos. Em suma, pode-se salientar que os gargalos de produção e comercialização que foram percebidos no processo de produção e comercialização, estão relacionados com a escala de produção porque a agroindústria familiar possui limitações de mão de obra o que dificulta a expansão da produção e da comercialização e em muitos casos o atendimento da demanda.

4.5 SUGESTÕES DE MELHORIAS ENTRE A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Ploeg (2008) esboça uma definição de valor agregado como uma das características centrais daquilo que define como “condição camponesa”. Segundo o autor, o desenho de determinados segmentos da agricultura familiar depende da

capacidade de se orientarem para a produção e ampliação do valor agregado, fortalecendo a base de recursos interna das unidades de produção. Para Ploeg, a condição camponesa seria o resultado de cinco características principais: i) os camponeses possuem uma base de recursos quase sempre limitada; ii) a mão de obra das unidades de produção ser abundante, mas os objetos de trabalho e outros fatores de produção serem escassos; iii) os recursos sociais e materiais dos camponeses representarem uma unidade orgânica indivisível; iv) a centralidade do trabalho individual, familiar e coletivo qualificado e de baixo custo; v) uma reprodução social relativamente autônoma e historicamente garantida, sendo pouco mercantilizada.

Em contra partida ao o autor Ploeg (2008), o autor Prezotto (2002) elenca outros aspectos que diferenciam o processo de agregação de valor em agroindústrias de pequeno e médio portes: i) a propriedade e a gestão são feitas pelo grupo familiar e/ou com grupos coletivos de famílias; ii) a produção das matérias-primas é familiar e/ou do grupo associado, ou ainda comprada em pequenas quantidades de vizinhos e outros agricultores locais; iii) a mão de obra é predominantemente familiar, podendo contar eventualmente com empregados contratados; iv) as tecnologias utilizadas são adequadas à escala produtiva, proporcionando viabilidade econômica das unidades e qualidade diferenciada aos alimentos; v) sua localização é predominante nos espaços rurais, e vi) organizam-se formando redes de atores coletivos para superar entraves diversos, sobretudo de comercialização.

Portanto, os autores acima referidos mencionam a agregação de valor como um argumento principal à estruturação de estratégias de desenvolvimento rural. A ideia que norteia a maior parte dos estudos sugere que as iniciativas de agroindustrialização deveriam ser dirigidas no sentido de adicionar maiores valores à produção gerada na dinâmica interna das propriedades rurais. A agregação de valor é entendida como um mecanismo para ampliar a margem de lucro econômico da atividade agrícola, uma vez que o acesso aos mercados geraria um “preço prêmio” e maiores rendimentos às famílias (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Para tanto, questionou-se os gestores e/ou gestoras das agroindústrias familiares investigadas sobre a agregação de valor aos seu produtos, as principais dificuldades enfrentadas e qual a sua percepção perante ao futuro da agroindústria familiar, cujas respostas estão expostas no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10 - Relatos sobre a agregação de valor e suas dificuldades.

Entrevistados	Respostas
Gestor (A)	O gestor afirma que agregação de valor do seus produtos já foi conquistada pelos seus antepassados. O gestor relata que sua visão para o futuro é precária, pois ele pretende continuar mas seus sucessores não sentem nenhum interesse na produção de melado por ela necessitar de muita mão de obra. Também menciona que sua maior dificuldade foi a legalização da agroindústria, por muitas vezes rigorosa o que acaba fazendo com que o agricultor familiar desista da agroindústria familiar.
Gestora (B)	A gestora relata que agregou valor ao seu produto no boca a boca, relatando para as pessoas a qualidade dos seus produtos. Já para o futuro da sua agroindústria conta que deverá ser muito persistente para continuar. E também cita a legalização como o maior entrave na agroindústria familiar.
Gestora (C)	Aborda a agregação de valor ao produto, conquista pelo preços de venda dos seus produtos através de planilhas de controles de custos elaboradas, onde são feitos acompanhamentos para ter preços de equilíbrio para os produtos, assim podendo ter um preço justo para o cliente. Sua percepção para o futuro é que agroindústria cresça para nível estadual e poder contar com uma ajuda maior da filhas para um crescimento contínuo da agroindústria familiar. E relata que sua maior dificuldade foi o primeiro ano de agroindústria, quando teve que conhecer todo gerenciamento, fornecedores e outros quesitos.
Gestor (D)	O gestor conta que trabalha a agregação de valor ao produto no preço que a mercadoria é vendida aos seus clientes e qualidade do produto. Ainda relata que mesmo fazendo um preço diferenciado, no futuro terá que fazer novamente um preço de equilíbrio, pois o seu produto possui mais valor agregado, mas o cliente quer o de menor preço, portanto relata que sua maior dificuldade é competir com os feirantes que vendem o mesmo produto a um valor mais baixo e sem legalização.

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Perante as respectivas respostas, destaca-se que os gestores e/ou gestoras procuram agregar valor expondo a qualidade dos seus produtos em feiras e eventos e também procuram ter o preço de equilíbrio para seus clientes. Como relatado desde o início da pesquisa, os gestores abordam a legislação como seu maior entrave na comercialização de seus produtos. Outro fator que pode ser percebido, com base nas respostas dos entrevistados, que as agroindústrias familiares possuem pouco apoio de cooperativas, e poucas políticas públicas desenvolvidas para o setor da agricultura familiar.

Portanto é válido reforçar que a primeira política pública desenvolvida para a agricultura familiar foi o PRONAF, com o intuito de incentivar e fortalecer a agricultura familiar. Este programa foi criado no ano de 1946, com a resolução nº. 2.191 do Banco Central do Brasil e instituído em 1996, pelo Decreto n. 1.946. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) resultou, especialmente, da mobilização nacional de várias organizações representativas da agricultura familiar, que pretendiam estabelecer condições para a reestruturação socioeconômica desse público, reafirmando a importância do acesso ao crédito para ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural com qualidade de vida (ZIGER, 2013).

Desta forma, perante as respostas dos gestores e/ou gestoras, percebeu-se que as entidades estaduais e municipais devem desenvolver mais incentivos para fortalecer as agroindústrias familiares no meio rural, para que com esses incentivos o jovem permanecesse no campo. Outro aspecto que seria de grande valia para agricultura familiar seria um apoio intensivo de cooperativas que os ajudassem na comercialização de seus produtos, o que acarretaria numa agregação de valor por as agroindústrias familiares estarem trabalhando com cooperativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisou-se a influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo, procurando verificar de que forma a tradição alimentar possa ter influenciado na concretização da agroindústria familiar, a fim de observar os canais de comercialização e as formas de agregação de valor, utilizadas pelas agroindústrias familiares.

A partir das entrevistas realizadas com os gestores das agroindústrias familiares, verificou-se vários aspectos importantes, para a concretização do estudo, desta forma, pode-se salientar que 50% dos gestores e/ou gestoras entrevistadas afirmaram não ter influência da tradição alimentar na agroindústria familiar. Por isso destacaram que a abertura da agroindústria familiar surgiu como uma renda extra para as famílias nela envolvidas. Já os outros 50% dos entrevistados afirmaram terem sim influência da tradição alimentar na construção da agroindústria familiar, pois pelos conhecimentos que obtiveram com seus antepassados, tornou-se mais fácil produzir e comercializar os produtos oferecidos pela agroindústria familiar. Diante disso, pode-se observar dois modos para se concretizar uma agroindústria familiar.

Cabe destacar a relevância que a Emater/Rs teve para as agroindústrias familiares, uma vez todos os gestores e/ou gestoras envolvidas na pesquisa, discutiram sobre a importância da mesma para abertura e legalização da agroindústria. Em suma destaca-se toda ajuda obtida da Emater para a abertura da agroindústria desde cursos profissionalizantes, boas maneiras até a legalização da agroindústria familiar. Portanto, percebeu-se que a Emater, utilizou todos os seus recursos disponíveis para auxiliar os agricultores familiares, destacando-se que o maior incentivo para abertura das agroindústrias familiares no Município de Cerro Largo veio através da Emater/Rs.

Evidenciou-se na pesquisa os incentivos para permanência do jovem no meio rural através do relato da gestora C que expõe o quão importante é ajuda das suas duas filhas na agroindústria familiar e confirmando que os jovens devem fazer parte da agroindústria familiar para que possam gerir a agroindústria familiar e conhecer toda sua estrutura organizacional.

Desta forma, percebe-se que as agroindústrias familiares deveriam receber mais incentivos do Poder Público Municipal para que o êxodo rural dos jovens diminua. A agroindústria rural é uma alternativa para evitar o êxodo rural por propiciar uma

melhor renda, sendo que o aporte tecnológico inicial tem origem na própria família do produtor. A organização da atividade se torna ainda mais complexa quando se constitui de vários sócios, pois nunca deverão ocorrer decisões tendenciosas a somente um interesse, mas ao interesse comum (FRANCO, 1997 apud PERONDI; KIYOTA, 2002).

Outro fator importante é a legalização das agroindústrias familiares a qual os gestores e/ou gestoras alegam ser um fator importante, mas de certa forma difícil, para os agricultores familiares. Por isso, contaram com ajuda a Emater/Rs para legalização. Também destacou-se a importância da legalização para a comercialização dos produtos, pois esta acarreta uma agregação de valor no produto.

O trabalho na agroindústria é muito significativo para as famílias, pois elas atribuem um significado social à produção. Desse modo, a atividade agroindustrial transcende a manutenção do grupo familiar e a contraposição à globalização e valoriza a família, a história, fortalece a ligação entre o agricultor familiar e o camponês tradicional, preza a autonomia e estabelece um vínculo com a sociedade ao promover o reconhecimento da família pela produção de qualidade que apresenta no município (GUSKE, 2017).

Diante de todos aspectos citados acima, a pesquisadora destaca a importância do estudo desenvolvido, o qual trouxe uma maior percepção das agroindústrias familiares, adquirindo maior conhecimento sobre o assunto. Pode-se também salientar que deveriam surgir maiores incentivos para a agricultura familiar e sugere-se como pesquisas futuras, abranger uma maior área de conhecimento, como Corede Missões ou a Fronteira Noroeste, para se ter um conhecimento mais amplo do assunto em estudo e poder analisar quais práticas e incentivos possam contribuir para que o jovem permaneça no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALMEIDA, R.C.; ALMEIDA, M.F.; MEDEIROS, K. F. **Análise do processo produtivo e a identificação de gargalos na produção do caulim**. XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão. Salvador, BA, Brasil, 06 a 09 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_091_621_13252.pdf>. Acesso em: 04 Nov. 2017.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BARDIM, L. **L'analyse de contenu**. 70 ed. Avenida Duque Ávila, 69-r/c.-Esq. 1000 Lisboa, 1977.
- BARROS, G. S. C.; **Economia da Comercialização Agrícola**. CEPEA/LES-ESALQ/USP - Piracicaba/SP. p. 221, 2006. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/economia-da-comercializacao-agricola-em-pdf.aspx>>. Acesso em: 23 Out. 2017.
- BATISTA, P. K. **Análise Comparativa do Desempenho da Competitividade das Agroindústrias Familiares no Oeste de Santa Catarina em Relação ao Ambiente Institucional**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 3, p. 667-689, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8664/4853>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Torna pública a base conceitual do artesanato brasileiro para padronizar e estabelecer os parâmetros de atuação do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB em todo o território nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portaria29_2010.htm>. Acesso em: 11 maio 2017.
- CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E. Cadeia Produtiva e Comercialização Agrícola no Brasil. **GEONARDENSE**, v.24, n.2, p.82-101, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/1509/1334>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V.; TROIAN, A.; **Gestão Rural e a Tomada de Decisão: Estudo de caso no setor Olerícola. 48° SOBER / Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande, MS. UFRGS/RS, 25 a 28 de jul. 2009.
- EMATER/RS. **Agroindústria Familiar**. Porto Alegre/RS: EMATER/RS, 2009. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.WNpOU28rLIU>>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- ENGEL, B. FERNANDES, D. M.M.; DALCIN, D. **As agroindústrias familiares rurais do setor de derivados de farináceos no Corede fronteira noroeste/Rs e a influência da Emater/Rs no processo de legalização**. Sociedade Brasileira de

Sistemas de Produção. Pelotas - RS, 06 a 08 de julho de 2016. Acesso em: 04 Nov. 2017.

FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B; **Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 183 - 214, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6904/pdf>>. Acesso em: 16 Out. 2017.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti. **Processos organizativos de produção e de comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina**. 2015. 228 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/816?mode=full>> Acesso em: 5 nov. 2017.

FREITAS, J. F.; LIMA, M. M.; SILVA, M. O.; et al. **Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural – Agro legal**. Disponível em: < <http://agrotures.web2156.uni5.net/Arquivos/Manual%20-%20Formaliza%C3%A7%C3%A3o%20Agroind%C3%BAstria%20-%20Agrolegal.pdf>>. Acesso em: 09 Out. 2017.

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL, P. D. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n.122, p.241-262, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/396/708>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G.; **As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 361-388, nov. 2011. Disponível em: < <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2435/2981>>. Acesso em: 27 Out. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, E. J.; SCHMIDT, C. E. F. **A Importância das Redes Cooperativas de Agroindústrias Familiares para a Permanência dos Jovens no Meio Rural**. Cap. 16, p. 331-353. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Ezio%20Gomes.pdf>. Acesso em: 17 Abr. 2017.

GUSKE, A. C. **A Tradição Alimentar no Contexto das Agroindústrias Familiares de Alimentos: O Caso da Microrregião Norte do Corede do Vale do Rio Pardo - RS / Brasil**. 2017. 118 f.

HOBBSAWM, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Págs. 9-23. Disponível em: < <http://lutasocialista.com.br/livros/V%C1RIOS/HOBBSAWM,%20E.%20Introdu%E7%E3o.%20In%20A%20inven%E7%E3o%20das%20Tradi%E7%E5es.pdf>>. Acesso em: 09 Out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Relatório de Pesquisa: **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2013. Acesso em: 16 abr. 2017.

KARNOPP, E.; ETGES, E. V; GUSKE, A. C. **A produção familiar de alimentos no contexto da tradição e da resistência**. Santa Cruz do Sul, v.19, n. 01, p. 48-63, jan./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8607-43298-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 08 Out. 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, C.C.; PARTELI, L.F; LOOSE, C.L.; O empreendedorismo rural e a agroindústria familiar na gestão da atividade agropecuária em Rondônia. **Revista de Administração e Contabilidade - CNECEdigraf**. n. 27 - p.97-134- jan/jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/348-1162-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 30 Out. 2017.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MALUF, R.S; **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>>. Acesso em: 16 Out. 2017.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MIOR, L. C. **Agricultura Familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. 2005. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agriculturafamiliar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

NAVARRO, T.; **Cooperativismo na agricultura**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cooperativismo-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 25 Out. 2017.

PEDERIVA, A. C. **Mercado e Canais de Comercialização de Produtos Agrícolas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69982/000875668.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

PELEGRINI, G. A.; GAZOLLA, M. **A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 332-378. out. 2009. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/316/312>>. Acesso em: 21 Jun. 2017.

- PERES, P. C.; RAMOS, V. G.; WIZNIEWSKY, C. R. F. **A produção de derivados da cana-de-açúcar como alternativa para a agricultura familiar: estudo de caso na agroindústria familiar rural Lazzaretti e Picolotto – Constantina/RS.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-19. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Peres_PC.pdf>. Acesso em: 18 Out. 2017.
- PERONDI, M. A.; **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11009>>. Acesso em: 04 abr. 2017.
- PERONDI, M. A.; KIYOTA, N. **A Gestão na Agroindústria Familiar de Pequeno Porte de Cana-de-açúcar: Evolução, Desenvolvimento e Desafios.** In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (Org.). *Agroindústria Canavieira no Brasil.* São Paulo, 2002, p. 354-367.
- PLOEG, J. D. V. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre, Editora UFRGS, Nov. de 2008. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2009_01_20_21_42_37_resenha.pdf>. Acesso em: 06 Out. 2017.
- POLACINSKI, E.; MELLO, R. M.; CLERICI, A. et. al. **Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar da região das missões (RS).** Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/Biblioteca/PD_APL_Agroindustria_Familiar_-_Missoes_2014.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: UFSC, n.31, p.133-153, abr. 2002.
- REICHERT, L. J.; GOMES, M. C. **O processo administrativo e a tomada de decisão de agricultores familiares em transição agroecológica.** Rev. Fac. Agron. 2013. v. 112 p.105-113. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/969701/o-processo-administrativo-e-a-tomada-de-decisao-de-agricultores-familiares-em-transicao-agroecologica>>. Acesso em: 26 Out. 2017.
- SANTOS, J. S. **Agregação de valor na Agricultura Familiar: o caso dos produtores de leite do município de Pimenta Bueno (RO).** Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/428/1/TCC%20Juliana%20versao%20pos%20banca%20revisada.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2017.
- SEPULCRI, O; TRENTO, E. J. **O Mercado e a Comercialização de Produtos Agrícolas.** Disponível em: <http://odiliosepulcri.com.br/pdf/o_mercado_e_a_comercializacao_de_produtos_agricolas.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.
- SILVA, R. N.; NEVES, M. R. S. **A Agricultura Familiar e a Agroindústria: uma nova alternativa para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/6d0c5bd8d475ee1a1b334ed55c8d7a31.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.
- SOVALDI, A; CUNHA, L. A. **Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar: Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970.** Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11607>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

STOFFEL, J.; AREND, S. C.; DEPONTI, C. M. **Evolução de Condições Econômicas no Meio Rural da Região Sul do Brasil entre 2000 e 2010: a Influência da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/111.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VILCKAS, M. NANTES, J. F. D. **Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/878/87890102/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

WAQUIL, P. D; MIELE, M; SCHULTZ, G. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad016.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

WESZ JUNIOR, V. J. As questões agrícolas nas propriedades com agroindústria familiar no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOBER, 45°. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. **Desenvolvimento e agroindústria familiar.** In: CONGRESSO DA SOBER, 43, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...**Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05P305.pdf>>. Acesso em: 08 Mar. 2017.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. **Análise territorial e representativa das agroindústrias familiares de cachaça nas Missões/RS.** Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/43707/files/_02_%20Artigo%2005.204.pdf?version=1>. Acesso em: 12 Out. 2017.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil.** Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/10191/8366>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

ZIGER, W. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas.** Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>>. Acesso em: 08 Out. 2017.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para o gestor da Agroindústria**Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Cerro Largo*
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 01) Como a cultura e a origem da família (descendência) influenciou na criação da agroindústria?
- 02) Os Produtos fabricados na agroindústria eram produzidos pelos seus antepassados?
- 03) Houve incentivo do Poder Público Municipal para a formação da agroindústria?
- 04) Como são executadas as tarefas na agroindústria?
- 05) Como é agregado valor aos produtos da agroindústria?
- 06) Como é realizada a comercialização dos produtos agroindustriais?
- 07) Como funciona a venda dos produtos aos mercados do município?
- 08) Quais os canais de comercialização utilizados pela agroindústria?
- 09) Quais os pontos de venda dos produtos da agroindústria?
- 10) Quais incentivos você acredita que poderiam motivar a permanência do jovem no meio rural.
- 11) Que contribuições a agroindústria familiar trouxe para o fortalecimento e para a permanência do agricultor no meio rural.
- 12) O que você entende que possa influenciar a sobrevivência das agroindústrias familiares no mercado. Que elementos, na sua percepção, influenciam para que eles continuem existindo?
- 13) Existe alguma cooperativa que ajuda na comercialização dos produtos da sua agroindústria?
- 14) Como funciona a gestão da sua agroindústria?
- 15) Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela agroindústria?
- 16) Qual o seu pensamento em relação ao futuro da agroindústria?

APÊNDICE B – Termo de consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE)**Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**
para agricultor (a)

As agroindústrias familiares como um fator de fortalecimento do sustento e permanência no campo dos agricultores familiares no Município de Cerro Largo/RS

Prezado(a) participante,

Convidamos você a participar da pesquisa, 'As agroindústrias familiares como um fator de fortalecimento do sustento e permanência no campo dos agricultores familiares no Município de Cerro Largo/RS', desenvolvida por Joice Bamberg, discente do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFS, *Campus* de Cerro Largo, sob orientação da Professora Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes.

O objetivo central do estudo é analisar a influência das agroindústrias familiares para os produtores rurais de Cerro Largo. O estudo a ser realizado é de suma importância, pois permitirá compreender a prática de como foi constituída a agroindústria familiar, que fatores culturais auxiliaram para a criação da agroindústria, verificar de que maneira é feito processamento de comercialização de produtos e quais as estratégias usadas para realizar a agregação de valor aos produtos, buscando ampliar os horizontes do conhecimento em relação aos elementos que influenciam a sobrevivência das agroindústrias familiares no mercado.

O convite para participar desta pesquisa deve-se a sua atuação nas agroindústrias familiares do Município de Cerro Largo. Sua participação é importante no desenvolvimento da pesquisa porque, a partir das informações obtidas, será possível concretizar o estudo a respeito das agroindústrias familiares como um fator de fortalecimento do sustento e permanência no campo dos agricultores familiares. Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração para a realização deste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira, caso decida não consentir sua participação ou desistir da contribuição. Contudo, ressalta-se novamente que ela é muito importante para a execução e concretização da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa para participar desta pesquisa, portanto, sua participação é voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas por você, já que o material será armazenado em local seguro e apenas a pesquisadora e sua professora orientadora terão acesso direto aos dados obtidos por meio da entrevista. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar a pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder a um roteiro de entrevista semiestruturada. A entrevista será aplicada e, posteriormente, transcrito para analisar, em profundidade, o conteúdo das respostas. O tempo de duração da entrevista é de, aproximadamente, uma hora e trinta minutos. A entrevista será transcrita pela pesquisadora, ficando em um banco de dados organizada pela pesquisadora, estando disponível para consulta a qualquer tempo.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo a gravação Não autorizo a gravação

Você não correrá o risco de ser identificado, e para que isso aconteça terá sua identificação preservada, dessa forma o pesquisador não poderá expor o entrevistado. Os riscos de constrangimento ou desconforto, quando ocorrer, ao responder uma pergunta de cunho pessoal ou relativa ao empreendimento rural, você poderá solicitar ao pesquisador que lhe forneça uma folha de papel para que escreva a sua resposta, sem a presença do pesquisador em ato de entrevista, podendo colocar essa folha de respostas em um envelope e lacrá-lo para posterior averiguação, por parte do pesquisador, ou, ainda, poderá deixar em branco, questões se lhe bem entender, ou ainda, escolher local reservado para responder as questões a fim de minimizar riscos e desconfortos. Esses encaminhamentos que serão realizados para reduzir os efeitos, dos riscos e constrangimentos, consistindo em preservar o diagnóstico da pesquisa e manter a integridade do participante em todas as etapas dessa pesquisa porque não se divulgará o nome do participante, uma vez que os dados pesquisados serão tratados como dados do empreendimento rural e não como dados do entrevistado.

Para ocorrer uma redução do constrangimento o respondente terá, ainda, a opção de, a qualquer tempo, não responder a alguma questão, bem como será proposto que o local seja reservado para responder as questões.

Para o participante da pesquisa os respectivos benefícios da pesquisa serão o reconhecimento da agroindústria familiar no Município que está localizada, e também acendendo conhecimento para o meio acadêmico, além disso, podendo demonstrar de que forma são feitas a comercialização de produtos e a agregação de valor do produto. Além disso, essa pesquisa busca trazer benefícios para os agricultores familiares envolvidos nas agroindústrias familiares, investigando o fortalecimento do sustento e permanência no campo,

pois a agroindústria familiar pode ser lembrada pela absorção de emprego e na produção de alimentos, que sobretudo são voltados para o autoconsumo, de certo modo as agroindústrias focalizam mais na função de caráter social do que econômico.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicados em periódicos científicos, mantendo sigilo dos dados pessoais. Além disso, após a conclusão da pesquisa você receberá o retorno a respeito dos resultados encontrados. A devolutiva será dada a você, por meio de um encontro/reunião, após o término da pesquisa, quando, na oportunidade, será entregue uma via impressa do trabalho final.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Você não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Desde já agradecemos sua participação!

Cerro Largo, RS, ____ de _____ de 2017.

Profa. Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Telefone: (55) 3359 3950, ramal 4233 / e-mail: denise.fernandes@uffs.edu.br /
Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS –
Campus Cerro Largo, Rua Major Antônio Cardoso, 590, Cerro Largo – RS – CEP:
97900-000.

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel e Fax: (49) 2049 3745 / e-mail: cep.uffs@uffs.edu.br
Endereço: Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS – Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D – CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó – Santa Catarina – Brasil.